



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

EDITAL Nº 03, DE 19 DE ABRIL DE 2017

ADESÃO DE MÉDICOS AO PROGRAMA DE PROVISÃO DE MÉDICOS DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROJETO MAIS MEDICOS PARA O BRASIL

O MINISTÉRIO DA SAÚDE, por meio da SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES/MS), considerando as ações de aperfeiçoamento na área de Atenção Básica em Saúde em regiões prioritárias para o SUS, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, instituído pela Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, regulamentada pela Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, torna pública a realização de chamamento público de médicos formados em instituições de educação superior brasileiras e estrangeiras ao Programa de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde – PROJETO MAIS MEDICOS PARA O BRASIL, conforme estabelecido neste Edital.

1. DO OBJETO

Este Edital tem por objeto realizar chamamento público de médicos formados em instituições de educação superior brasileiras e estrangeiras, apenas para os perfis definidos nos termos do art. 13, §1º, inciso I e II da Lei nº 12.871/2013 e do art. 18, §1º, inciso I e II da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC/2013 e respectivas alterações, para adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos estabelecidos no presente Edital, com a finalidade de aperfeiçoar médicos na atenção básica em saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), mediante oferta de curso de especialização por instituição pública de educação superior e atividades de ensino, pesquisa e extensão, que terá componente assistencial mediante integração ensino-serviço.

2. REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO MAIS MÉDICOS
PARA O BRASIL

2.1. Poderão participar do chamamento público promovido pelo presente Edital, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, observada na seleção a seguinte ordem de prioridade:

2.1.1. médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no País; e

2.1.2. médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior.

2.2. Constituem requisitos para a participação dos médicos de que trata o subitem 2.1.1:

2.2.1. possuir certificado de conclusão de curso ou diploma de graduação em medicina em instituição de educação superior brasileira legalmente estabelecida e certificada pela legislação vigente; ou possuir diploma de graduação em medicina obtido em instituição de educação superior estrangeira revalidado no Brasil, na forma da lei;

2.2.2. possuir habilitação em situação regular para o exercício da medicina, mediante registro no Conselho Regional de Medicina (CRM);

2.2.3. não ser participante de programa de residência médica;
2.2.4. não estar prestando o Serviço Militar Obrigatório no período de vigência do Projeto;

2.2.5. não possuir vínculo de serviço incompatível com as exigências do Projeto; e
2.2.6. estar em situação regular perante autoridade competente na esfera criminal no Brasil.

2.3. Para fins de comprovação dos dispostos nos itens 2.2.3, 2.2.4 e 2.2.5, o médico participante prestará declaração negativa de vínculo, quando do preenchimento do formulário de adesão, sob as penas da lei.

2.4. Para fins de comprovação do cumprimento do disposto no item 2.2.3, na hipótese de ser participante de programa de residência médica, o médico interessado terá 2 (dois) dias úteis, contados da data da divulgação do resultado da localidade em que será alocado para participar do Projeto, para enviar à Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil o comprovante do seu pedido de desligamento formalizado junto à Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).

2.4.1. O documento de que trata o item 2.4 deverá ser enviado à Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil, por via eletrônica, pelo médico participante através do endereço eletrônico: maismedicos@saude.gov.br.

2.5. Constituem requisitos para a participação dos médicos de que trata o subitem 2.1.2:

2.5.1. estar em situação regular perante a Justiça Eleitoral no Brasil, se brasileiro;

2.5.2. sendo do sexo masculino, estar em situação com as obrigações militares no Brasil, se brasileiro;

2.5.3. possuir diploma de conclusão da graduação em medicina em instituição de educação superior estrangeira;

2.5.4. possuir habilitação em situação regular para o exercício da medicina no exterior, a ser verificado pelo Ministério das Relações Exteriores;

2.5.5. estar em situação regular: a) perante autoridade competente na esfera criminal do país em que está habilitado para o exercício da medicina no exterior, mediante documento expedido em até 2 (dois) anos antes da data de publicação deste Edital; e b) perante autoridade competente na esfera criminal no Brasil se brasileiro, e, sendo estrangeiro, se residiu ou se aqui residente; e

2.5.6. possuir conhecimentos de língua portuguesa.

2.6. A comprovação do cumprimento do subitem 2.5.6 pelos médicos de que trata o subitem 2.1.2 será feita em 2 (duas) etapas, sendo:

2.6.1. a primeira etapa, mediante declaração apresentada pelo médico interessado no ato de inscrição no Projeto Mais Médicos para o Brasil de que possui conhecimento mínimo da língua portuguesa; e

2.6.2. a segunda etapa, após aprovação no módulo de acolhimento e avaliação.

2.7. Não será aceita a inscrição de médicos que já participam do Projeto Mais Médicos para o Brasil ou do PROVAB, ou seja, que constem como ativos no SGP em qualquer dos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde.

2.8 Será vedada a adesão de candidatos que participaram de quaisquer das chamadas públicas anteriores do Projeto Mais Médicos para o Brasil ou do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), conforme respectivos Editais, que tenham sido desligados por descumprimento de normas editalícias ou das regras normativas dos Programas.

2.9 Aos médicos que tenham sido validados e que não tenham iniciado suas ações de aperfeiçoamento, ou se desligarem voluntariamente a qualquer tempo, será vedada a inscrição para participação nos programas pelo prazo de 6 (seis) meses contados da data

fixada para o início das ações de aperfeiçoamento ou contados do desligamento voluntário deferido pela Coordenação dos Programas via Sistema de Gerenciamento de Programas – SGP.

2.9.1. Na hipótese de desligamento voluntário do Projeto Mais Médicos para o Brasil em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias será exigida do médico participante a restituição dos valores recebidos a título de ajuda de custo e passagens aéreas nos termos do art. 22, § 8º da Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013, acrescidos de atualização monetária, por via administrativa e/ou judicial, inclusive inscrição do nome do devedor no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN), conforme Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

2.9.2. O médico participante do Projeto Mais Médicos para o Brasil que se desligou voluntariamente, no período entre 180 (cento e oitenta) dias e 720 (setecentos e vinte) dias de participação no Projeto, caso venha a aderir ao Projeto novamente, não terá direito a recebimento da ajuda de custo, nem custeio de deslocamento de que trata a Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369, de 08 de julho de 2013.

2.9.3. O médico participante do Projeto Mais Médicos para o Brasil que tenha sido desligado voluntariamente, com mais de 720 (setecentos e vinte) dias de participação no Projeto, caso venha a aderir ao Projeto novamente, terá direito a recebimento de nova ajuda de custo correspondente a 01 (uma) bolsa-formação de que trata a Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369, de 08 de julho de 2013, independente do município em que foi alocado.

2.10. Os direitos, vantagens, obrigações e responsabilidades dos médicos que participarem do Projeto Mais Médicos para o Brasil encontram-se previstos na Lei nº 12.871/2013, no Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, na Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013, Resoluções da Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil e demais atos regulamentares e editais correspondentes.

2.11. Em caso de pagamento indevido da bolsa-formação, inclusive por motivos de temporalidade entre pedido de desligamento do profissional, seu deferimento e o processamento da folha de pagamento, o Ministério da Saúde adotará os procedimentos de cobrança para restituição ao Erário.

2.12. Eventuais pagamentos de qualquer natureza decorrentes de alocações determinadas por decisão judicial, serão objeto de restituição ao Erário, em sendo revogadas.

3. DA INSCRIÇÃO NO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL

3.1. REGRAS GERAIS PARA INSCRIÇÃO

3.1.1. As inscrições para adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil serão efetuadas via internet, através do Sistema de Gerenciamento de Programas (SGP), acessível pelo endereço eletrônico: <http://maismedicos.saude.gov.br>.

3.1.2. A seleção poderá contar com até 2 (duas) fases, caso haja vagas remanescentes, observada a ordem de prioridade estabelecida no art. 13, §1º, inciso I e II da Lei nº 12.871/2013 e no art. 18, §1º, inciso I e II da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC/2013, conforme cronograma disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>. A primeira fase contará com três chamadas e, caso haja segunda fase, contará com uma única chamada.

3.1.3. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma expressa de concordância, por parte do médico interessado, de todas as condições, normas e exigências estabelecidas neste Edital que estará disponível no endereço eletrônico: <http://maismedicos.saude.gov.br>.

3.1.4. A primeira fase da inscrição será disponibilizada apenas para os profissionais médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil e contará com 3 (três) chamadas, caso haja vagas remanescentes, conforme

cronograma disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

3.1.5. Somente estará disponível a inscrição para o Projeto Mais Médicos para o Brasil.

3.1.6. Após a primeira chamada de inscrição e processamento da adesão efetuada apenas para os médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, seguirão as seguintes etapas:

3.1.6.1. Será publicada a lista de vagas remanescentes para a segunda chamada, disponibilizada apenas para os médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil que tenham escolhido municípios na primeira chamada e não tenham obtido êxito na alocação;

3.1.6.2. Será disponibilizada a etapa de indicação de municípios para os candidatos de que trata o subitem 3.1.6.1; e

3.1.6.3. Haverá o processamento eletrônico da alocação para a segunda chamada, da primeira fase.

3.1.7. Após a segunda chamada de inscrição da primeira fase e processamento da adesão efetuada apenas para os médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, havendo vagas remanescentes, seguirão as seguintes etapas:

3.1.7.1. Será publicada a lista de vagas remanescentes para a terceira chamada, disponibilizada apenas para os médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil que tenham escolhido municípios na primeira e na segunda chamadas, e não tenham obtido êxito na alocação;

3.1.7.2. Será disponibilizada a etapa de indicação de municípios para os candidatos de que trata o subitem 3.1.7.1; e

3.1.7.3. Haverá o processamento eletrônico da alocação para a terceira chamada, da primeira fase.

3.1.7.4. Será disponibilizada a segunda fase de inscrição destinada a médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras e com habilitação para exercício da medicina no exterior que atendam às condições legais e deste Edital.

3.1.7.4.1. A inscrição e entrega de documentos pelos médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras e com habilitação para exercício da medicina no exterior, nos termos do item 3.1.7.4 não implica direito à participação na etapa seguinte da adesão de que trata este Edital, condicionada à existência de vagas remanescentes após o processamento da adesão nas três chamadas, da primeira fase, destinadas apenas para os médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil.

3.1.8. A segunda fase de inscrição será realizada conforme cronograma disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

3.1.8.1. A inscrição dos médicos de que trata o subitem 2.1.2 ocorrerá nas datas previstas no cronograma, porém só poderão participar da fase de indicação de municípios, prevista no item 7 deste Edital, os médicos que tiverem a documentação validada pela Coordenação e, caso haja vagas remanescentes, de acordo com as regras estabelecidas nos subitem 3.1.7.4, observadas as datas previstas no cronograma disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

3.1.9. No ato de inscrição, o médico interessado deverá preencher formulário eletrônico com as informações constantes neste Edital.

3.1.10. O médico inscrito poderá alterar os dados por ele registrados no formulário eletrônico, apenas durante o período de inscrições, porém será considerado como válido apenas o último registro com confirmação dos dados realizado pelo candidato no SGP.

3.1.11. As informações prestadas no ato de inscrição através do sistema SGP são de responsabilidade exclusiva do candidato, não sendo admitidas alegações de erro e alterações de dados após concluído o período de inscrição, segundo cronograma deste Edital.

3.1.11.1. O preenchimento correto dos dados é de responsabilidade exclusiva do profissional. A ausência, o preenchimento incorreto, ou informações inverídicas de qualquer dos dados solicitados poderá acarretar a invalidação da inscrição, bem como atrasos no pagamento ou o não recebimento da bolsa, em caso de futura alocação.

3.1.12. Ao preencher o formulário eletrônico, além de indicar telefone e e-mail atualizados para contato, o candidato também deverá declarar e anexar arquivos digitalizados para cada documento, em formato PDF, de tamanho máximo de 2,0 MB (dois MegaBytes), observado o item referente as regras específicas para apresentação de documentos descritas neste Edital.

3.1.13. O SGP disponibilizará o Termo de Adesão e Compromisso, cujo aceite representa concordância, por parte do médico participante, com todas as condições, normas e exigências estabelecidas para o Programa de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde – Projeto Mais Médicos para o Brasil.

3.1.14. Para que seja efetivamente validada a sua inscrição, o médico deverá, após o preenchimento do formulário eletrônico e inserção de documentos, selecionar a opção "confirmar inscrição" no SGP.

3.1.15. O Termo de Adesão e Compromisso somente gerará efeitos a partir da validação da alocação realizada pelo gestor municipal, quando da apresentação do profissional no município, na forma disciplinada neste Edital.

3.1.16. O médico inscrito poderá requerer à gestão do Projeto Mais Médicos para o Brasil, a qualquer momento, o cancelamento de sua inscrição no SGP por meio do endereço eletrônico: <http://maismedicos.saude.gov.br>.

3.1.17. A confirmação do interesse em participar do Projeto Mais Médicos para o Brasil através do aceite do Termo de Adesão e Compromisso é irrevogável, não sendo admitidas alegações de erros e nem a alteração da manifestação de vontade.

3.1.18. A SGTES/MS não se responsabiliza por inscrições no SGP não finalizadas por motivos de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impeçam a transferência de dados.

3.1.19. Os médicos participantes do PROVAB com base no Edital nº 08/SGTES/MS, de 14 de abril de 2016 poderão pleitear precedência da vaga no Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos deste Edital, no período indicado no cronograma disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>, desde que optem por permanecer desenvolvendo suas atividades no mesmo município em que foram alocados no âmbito do PROVAB.

3.1.19.1. Os candidatos enquadrados na situação do subitem 4.1 terão precedência sobre os demais candidatos na alocação da vaga.

3.1.19.2. Somente poderão pleitear vaga para o Projeto Mais Médicos para o Brasil utilizando o critério da precedência os candidatos que atendam ao cumprimento integral das atividades do PROVAB, com base no Edital nº 08/SGTES/MS, de 14 de abril de 2016.

3.1.19.3. Caso o candidato de que trata o subitem 3.1.19, ainda que com precedência já validada pelo gestor, não obtenha conceito satisfatório como resultado final do PROVAB, conforme regras deste Programa e Portaria da SGTES/MS a ser publicada até 28 de abril de 2017, de acordo com a Resolução CNRM nº 2 de 27 de agosto de 2015, perderá o direito à participação no Projeto Mais Médicos para o Brasil, ficando a vaga disponível para a segunda chamada de adesão de candidatos nos termos deste Edital.

3.1.19.4. O pedido de que trata o subitem 3.1.19 deverá ser realizado através do SGP, nos prazos previstos no cronograma publicado no endereço eletrônico

<http://maismedicos.saude.gov.br>.

4. DA PRECEDÊNCIA NA ALOCAÇÃO AOS CANDIDATOS PARTICIPANTES DO PROVAB QUE SOLICITEM VAGA PARA O PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL.

4.1. Os médicos participantes do PROVAB, na seleção regida pelo Edital nº 08/SGTES/MS, de 14 de abril de 2016 que pleitearem vaga para o Projeto Mais Médicos para o Brasil e que optem por permanecer desenvolvendo suas atividades no mesmo município, conforme subitem 3.1.19 deste Edital, terão direito a precedência sobre os demais candidatos na alocação da vaga.

4.1.1. A precedência de que trata este item somente será garantida caso o Município ou o Distrito Federal, em que o profissional atue pelo PROVAB, tenha realizado a adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil e tenha vaga disponível.

4.1.2. Além das demais condições previstas neste Edital, essencialmente o subitem 3.1.19, a precedência somente poderá ser processada, caso exista manifestação expressa do candidato no sistema SGP, conforme os prazos estabelecidos no cronograma de eventos.

4.1.3. A alocação do candidato fica condicionada às regras deste Edital e à validação da vaga pelo Gestor Municipal, observadas as datas previstas no cronograma.

4.1.4. A omissão do Gestor Municipal em validar a vaga nos termos do subitem 4.1.3, no prazo estabelecido no cronograma, implicará em disponibilização da vaga para segunda chamada, da primeira fase.

4.1.5. O candidato participante do PROVAB que tenha sua vaga validada pelo Gestor Municipal nos termos do subitem 4.1.3 somente poderá iniciar as atividades no Projeto Mais Médicos para o Brasil se tiver cumprido todas as regras do Programa, notadamente, os 12 (doze) meses de atividades, a carga horária integral, a realização de todas as avaliações e o alcance de conceito satisfatório.

4.1.6. O início das atividades no Projeto Mais Médicos para o Brasil para os candidatos de que trata o subitem 4.1 e que tenham concluído o PROVAB com conceito satisfatório, dar-se-á no dia 1º de junho de 2017, conforme cronograma.

4.1.7. Quando da apresentação do candidato para início das atividades, o Gestor Municipal deverá acessar o SGP para a homologação da precedência, nos prazos estabelecidos no cronograma, na situação dos candidatos que já tenham concluído o PROVAB. A homologação dar-se-á em períodos a serem informados pela SGTES/MS, no caso dos candidatos que estejam em conclusão do PROVAB, conforme se consume as conclusões, atendidas as regras deste Programa.

4.2. Somente terão direito à vaga para o Projeto Mais Médicos para o Brasil utilizando o critério da precedência, os candidatos que atendam ao cumprimento integral das atividades do PROVAB com base no Edital nº 08/SGTES/MS, de 14 de abril de 2016 e que tenham obtido conceito satisfatório como resultado final, conforme regras deste Programa e divulgação pela SGTES/MS, de acordo com a Portaria a ser publicada até 28 de abril de 2017 e de acordo com a Resolução CNRM nº 2 de 27 de agosto de 2015.

4.2.1. A Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil excluirá do resultado final da seleção os candidatos que tenham utilizado da precedência para determinar sua alocação e que não tenham atendido o disposto nos subitens 3.1.19 e subsequentes, e no subitem 4.2.

4.2.2. Os profissionais médicos que, em virtude de afastamento das atividades de integração ensino-serviço no âmbito do PROVAB regido pelo Edital nº 08/SGTES/MS, de 14 de abril de 2016, não poderão pleitear vaga para o Projeto Mais Médicos para o Brasil utilizando o critério da precedência, tendo em vista que estes deverão integralizar carga horária para cumprimento do Programa, nos termos do art. 1º da Portaria SGTES/MS nº 11,

de 13 de agosto de 2013, com alterações da Portaria SGTES/MS nº 21, de 18 de setembro de 2013/SGTES/MS.

4.3. Os candidatos que venham ser alocados em vaga do Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos deste item 4, estarão sujeitos a todas as normativas do Projeto, contudo não farão jus ao recebimento de ajuda de custo e passagem, de que tratam a Portaria Interministerial nº 1.369, de 8 de julho de 2013, moradia e alimentação de que trata a Portaria SGTES/MS nº 30, de 12 de fevereiro de 2014 e respectivas alterações.

4.4. A lista dos candidatos alocados e validados pelo critério da precedência de que trata este item, será publicada no site <http://maismedicos.saude.gov.br>.

4.4.1. A lista dos candidatos validados poderá sofrer alterações, caso seja constatado que o participante não cumpriu as regras estabelecidas nos itens 3 e 4 deste Edital, ocasionando o cancelamento da precedência e, portanto, da participação nesta chamada pública ou o desligamento do profissional, caso homologado ou já iniciadas as atividades.

4.5. O candidato, cuja alocação seja validada pelo gestor nos termos deste item 4, não participará das próximas etapas de seleção.

4.6. Serão automaticamente excluídos do processo de adesão a este Edital os médicos em que o gestor municipal for omissos ou optar via sistema pela não validação da precedência.

4.7. Os direitos e deveres do médico participante, do ente federativo e do Ministério da Saúde, no âmbito dos programas de que trata este Edital somente surtirão efeitos quando efetivadas as homologações nos termos do subitem 4.1.7.

4.8. O ato de solicitação de precedência, por si só, não gera direito à participação no Projeto Mais Médicos para o Brasil.

5. REGRAS ESPECÍFICAS PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO ATO DE INSCRIÇÃO E NO ATO DA VALIDAÇÃO DA VAGA

5.1. MÉDICOS FORMADOS EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA OU COM DIPLOMA REVALIDADO NO BRASIL:

5.1.1. Deverão anexar os seguintes documentos no ato de inscrição no SGP:

5.1.1.1. Cópia do diploma ou certificado de conclusão de curso conforme descrito no subitem 2.2.1 deste Edital;

5.1.1.2. Cópia do registro profissional emitido pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) ou declaração de que apresentará o referido documento até o dia do início das atividades de aperfeiçoamento no Município para o qual seja alocado no respectivo Programa;

5.1.1.3. Declaração negativa de vínculo de serviço de que trata o subitem 2.2.5; e

5.1.2. Deverão ser apresentados no dia da validação da vaga no Município de alocação:

5.1.2.1. Os documentos de que tratam os subitens 5.1.1.1, 5.1.1.2, 5.1.1.3 e 5.1.1.4 em original e fotocópia ou em fotocópia autenticada;

5.1.2.2. Certidão de antecedentes criminais do local em que reside nos últimos 6 (seis) meses.

5.1.3. Os documentos a que se refere o subitem 5.1.2 deverão ser entregues em sua totalidade quando da validação da vaga, no momento da apresentação do profissional no município de alocação, não sendo aceita, em nenhuma hipótese, a complementação de documentos.

5.1.4. Não será homologada a adesão dos candidatos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil que não atendam ao disposto no subitem 5.1.2 no prazo previsto neste Edital, e no cronograma disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

5.1.4.1. Para fins da homologação da adesão, a SGTES/MS presumirá atendido o disposto no subitem 5.1.2 quando da validação do candidato pelo Gestor Municipal no SGP.

5.1.4.2. Após a validação e homologação será disponibilizado, no perfil do candidato no SGP, extrato confirmando a validação e homologação realizada pelo gestor municipal.

5.1.5. Quando o médico for alocado no município deverá atualizar no SGP, com a maior brevidade possível, os dados cadastrais que possibilitam a comunicação da Coordenação com o participante, bem como manter esses dados atualizados, sob pena de implicar atrasos no pagamento da bolsa-formação.

5.2. MÉDICOS BRASILEIROS FORMADOS EM INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS COM HABILITAÇÃO PARA EXERCÍCIO DA MEDICINA NO EXTERIOR:

5.2.1. Deverão anexar no ato de inscrição no SGP e entregar no Ministério da Saúde, nas datas do cronograma os seguintes documentos:

5.2.1.1. cópia do documento oficial de identificação, com foto, nos termos da legislação vigente no Brasil;

5.2.1.2. documento que comprove a situação regular perante autoridade competente na esfera criminal do país em que está habilitado para o exercício da medicina no exterior, mediante documento expedido em até 2 (dois) anos antes da publicação deste Edital, bem como perante autoridade competente na esfera criminal no Brasil, se residiu ou se aqui residente, legalizado e acompanhado de tradução simples, na forma do art. 15, § 2º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013;

5.2.1.3. cópia do diploma de conclusão da graduação em medicina em instituição de ensino superior estrangeira, legalizado e acompanhado de tradução simples, na forma do art. 15, § 2º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013;

5.2.1.4. cópia do documento de habilitação para o exercício da medicina no exterior, acompanhado de declaração de situação regular, atestado pelo respectivo órgão competente, legalizado e acompanhado de tradução simples, na forma do art. 15, § 2º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e

5.2.1.5. declaração de que possui conhecimento mínimo da língua portuguesa.

5.2.1.6. certidão de regularidade perante a Justiça Eleitoral;

5.2.1.7. sendo o candidato do sexo masculino, certidão de regularidade com o serviço militar obrigatório; e

5.2.2. Deverão ser apresentados no dia de início das atividades do Módulo de Acolhimento e Avaliação:

5.2.2.1. Os documentos de que tratam os subitens 5.2.1.1 a 5.2.1.8 em original ou fotocópia autenticada;

5.2.3. Os médicos deverão entregar pessoalmente, ou por meio de procurador regularmente constituído, os documentos indicados, diretamente na Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil situado no endereço SRTV 702, via W5 norte, 4º andar, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.723-040, conforme cronograma disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

5.2.4. Os candidatos que tiveram a inscrição validada para o Projeto Mais Médicos para o Brasil conforme as regras do Edital SGTES/MS nº 14, de 21 de julho de 2016, nos termos da Portaria SGTES/MS nº 500, de 27 de setembro de 2016 e do Edital SGTES/MS nº 19, de 10 de novembro de 2016, nos termos da Portaria SGTES/MS nº 64, de 13 de março de 2017, ficam dispensados da entrega de que trata o subitem 5.2.3, ressalvados os candidatos cuja inscrição foi validada em decorrência de decisão judicial.

5.2.4.1. Os candidatos que tenham a condição de que trata o subitem 5.2.4, exceto os que tenham obtido validação em decorrência de decisão judicial, cujas certidões (quaisquer delas) de antecedentes criminais de que trata o subitem 5.2.1.2 não tenham sido expedidas

em até 2 (dois) anos, antes da publicação deste Edital, deverão apresentar a(s) certidão(ões) atualizadas no ato da inscrição.

5.2.4.2. Na hipótese de que trata o subitem anterior, o candidato deverá inserir a (s) certidão(ões) atualizadas no SGP, durante o prazo de inscrição, com respectiva tradução e legalização nos termos do art. 15, § 2º da Lei n. 12.871, de 22 de outubro de 2013. A validação da (s) certidão (ões) estará condicionada ao disposto no item subsequente.

5.2.4.3. Na hipótese de que trata o subitem anterior, o candidato deverá apresentar a certidão (ões) atualizadas com respectiva tradução e legalização nos termos do art. 15, 2º da Lei n. 12.871, de 22 de outubro de 2013, em vias originais, presencialmente, quando da apresentação para o Módulo de Acolhimento e Avaliação, entregando-as ao representante do Ministério da Saúde, indicado na oportunidade para tanto, para fins de confirmação da validade das mesmas.

5.2.4.4. Nas situações em que o candidato compareça ao Módulo de Acolhimento e Avaliação e não atenda ao disposto no item anterior - seja pela não entrega, seja pela constatação na análise documental que os originais não conferem com as vias inseridas no SGP no ato da inscrição, ou que não apresentam legalização e tradução -, deverá restituir ao Ministério da Saúde as despesas de deslocamento e demais benefícios assegurados para a participação no Módulo, a exemplo de estadia e alimentação, além de arcar, por conta própria, com suas despesas de retorno. Nestas condições, a validação condicionada da inscrição do candidato perderá efeitos, não mais atendendo à condição precedente para o prosseguimento nas demais etapas da adesão, sendo-lhe vedado a participação no Módulo de Acolhimento e Avaliação.

5.2.5. Não será homologada a adesão dos candidatos médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da medicina no exterior que não atendam ao disposto no subitem 5.2.2 no prazo previsto neste edital e no cronograma disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

5.2.6. Quando o médico for alocado no município deverá atualizar no SGP, com a maior brevidade possível, os dados cadastrais que possibilitam a comunicação da Coordenação com o participante, bem como manter esses dados atualizados.

6. DA VALIDAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. Não serão validadas as inscrições cujas formalidades e documentos não atendam aos requisitos exigidos neste Edital, bem como às normas regulamentadoras do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

6.2. A participação do médico no Projeto Mais Médicos para o Brasil somente será considerada validada com a efetiva entrega de todos os documentos e respectiva conformidade com as exigências legais e editalícias, de acordo com os prazos e procedimentos estabelecidos neste Edital e respectivo cronograma

6.3. A SGTES/MS, na condição de gestora do Projeto Mais Médicos para o Brasil, bem como a Coordenação do Projeto procederá à análise dos documentos apresentados pelos médicos inscritos, para fins de validação, e somente examinará a validade dos documentos apresentados conforme os prazos estabelecidos neste Edital e os cronogramas divulgados no site <http://maismedicos.saude.gov.br>.

6.4. Em qualquer etapa da chamada regida por este Edital, e ainda que já em condição de participante do Projeto, o candidato poderá ter a inscrição invalidada ou ser desligado, se constatada pela SGTES/MS ou pela Coordenação do Projeto inconsistências na inscrição no SGP e documentos apresentados, inconformidade da documentação com a legislação do Projeto ou com as regras deste Edital.

6.5. A SGTES/MS divulgará a relação dos médicos com inscrição validada aptos a escolha dos Municípios conforme cronograma disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

6.6. Somente os médicos cujos documentos tenham sido validados terão acesso à participação da etapa de escolha dos Municípios.

6.7. A validação da inscrição do candidato não gera direito à validação na participação no Projeto Mais Médicos para o Brasil.

7.DA INDICAÇÃO DE MUNICÍPIOS

7.1. Após a fase de inscrição e sua validação, a SGTES/MS realizará chamadas para os médicos inscritos efetuarem a indicação dos Municípios nos quais pretendam realizar as ações de aperfeiçoamento.

7.2. A seleção contará com 2 (duas) fases, caso haja vagas remanescentes, conforme a ordem de prioridade legal, para os médicos inscritos efetuarem a indicação dos Municípios nos quais pretendam realizar as ações de aperfeiçoamento.

7.2.1. Após a primeira chamada, da primeira fase, destinada apenas aos médicos de que trata o subitem 2.1.1, havendo vagas remanescentes, somente poderão participar da segunda chamada, os candidatos que tenham escolhido municípios na chamada anterior, e que não tenham sido alocados.

7.2.1.1. Os candidatos que não tenham efetuado escolha de municípios na primeira chamada, da primeira fase, estarão automaticamente excluídos do processo de seleção.

7.2.2. Após a segunda chamada, da primeira fase, destinada apenas aos médicos de que trata o subitem 2.1.1, havendo vagas remanescentes, será disponibilizada uma terceira chamada, da qual somente poderão participar, os candidatos que tenham escolhido municípios na chamada anterior, e que não tenham sido alocados.

7.2.2.1. Os candidatos que não tenham efetuado escolha de municípios na segunda chamada, da primeira fase, estarão automaticamente excluídos do processo de seleção.

7.3. A SGTES/MS não se responsabiliza por indicações de municípios no SGP não finalizadas por motivos de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impeçam a transferência de dados.

7.4. A SGTES/MS publicará, por meio do endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>, a cada chamada, relação de Municípios disponíveis para que os médicos com inscrição validada tenham conhecimento das localidades de seu interesse para executar as ações de aperfeiçoamento.

7.5. Compete à SGTES/MS a definição das vagas disponíveis para fins deste Edital, conforme adesão dos Municípios nos termos do Edital específico ou conforme liberação de vagas de Municípios aderidos das chamadas (ou ciclos) antecedentes, inclusive de vagas decorrentes de reprovação de profissionais, ainda que surjam no curso das fases.

7.6. As fases para escolha dos possíveis locais de atuação ocorrerão em períodos informados no cronograma publicado no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

7.7. Os médicos inscritos deverão acessar o SGP, para participar do processo de escolha dos Municípios, sob pena de não avançar nas demais etapas, devendo obedecer aos procedimentos descritos no presente Edital, estando cientes, inclusive, quanto às regras de classificação e desempate.

7.8. Durante o período de indicação dos Municípios, será oportunizada pelo sistema eletrônico aos médicos inscritos a indicação de até 4 (quatro) localidades de quaisquer dos perfis de Municípios ofertados, obedecendo ao constante no subitem 7.11 do presente Edital,

sendo necessário que o médico indique a ordem de preferência entre as localidades escolhidas.

7.8.1. A concorrência entre os médicos, para todas as fases, se dá dentro de cada opção de município escolhido pelos candidatos, ou seja, só haverá concorrência em prioridades posteriores, caso a vaga não tenha sido ocupada por nenhum candidato que optou por aquele município como primeira prioridade.

7.9. Os médicos inscritos deverão acessar o SGP através do endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>, para efetuar a indicação dos municípios.

7.10. Os médicos participantes que tenham cônjuge ou companheiro também inscrito nesta chamada do Projeto Mais Médicos para o Brasil, e que tenham interesse em alocação no mesmo Município, deverão informar tal condição e manifestar interesse quando da indicação dos Municípios, nos termos do subitem 7.8, podendo ser alocados de acordo com a disponibilidade de vagas, considerando-se as vagas remanescentes, dentro da mesma chamada de alocação do seu cônjuge.

7.10.1. Na situação de que trata o subitem 7.10, os cônjuges ou companheiros não farão jus compulsoriamente à alocação nas vagas disponibilizadas, estando condicionada à observância dos critérios do item 7 e respectivos subitens, bem como os critérios de classificação e desempate do item 8 e respectivos subitens deste Edital.

7.10.2. Quando os médicos cônjuges ou companheiros entre si venham a ser alocados no mesmo município, conforme as regras deste Edital, apenas um fará jus ao recebimento da ajuda de custo de trata o art. 22, da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013/MS e respectivas alterações.

7.10.3. Para os fins deste Edital, aplica-se aos médicos inscritos a Portaria Interministerial nº. 266/MS/MPOG, de 24 de julho de 2013, quanto à definição de cônjuge ou companheiro e respectivos documentos que comprovem tais vínculos.

7.11. Para fins de indicação dos municípios pelos profissionais médicos, nos termos do subitem 7.8 deste Edital, os locais de atuação estão classificados num dos perfis abaixo descritos:

7.11.1. PERFIL 1: áreas referentes aos 40% (quarenta por cento) dos setores censitários com os maiores percentuais de população em extrema pobreza dos municípios dos grupos III e IV do PAB fixo conforme Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e disposto na Portaria nº 1.409/GM/MS, de 10 de julho de 2013, que não se encaixam nos demais perfis;

7.11.2. PERFIL 2: áreas referentes aos 40% (quarenta por cento) dos setores censitários com os maiores percentuais de população em extrema pobreza dos municípios do grupo II do PAB fixo conforme Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e disposto na Portaria nº 1.409/GM/MS, de 10 de julho de 2013, que não se encaixam nos demais perfis;

7.11.3. PERFIL 3: áreas referentes aos 40% (quarenta por cento) dos setores censitários com os maiores percentuais de população em extrema pobreza das Capitais e Regiões Metropolitanas, conforme Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

7.11.4. PERFIL 4: áreas referentes aos 40% (quarenta por cento) dos setores censitários com os maiores percentuais de população em extrema pobreza dos municípios do grupo I do PAB fixo conforme Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e disposto na Portaria nº 1.409/GM/MS, de 10 de julho de 2013, que não se encaixam nos demais perfis;

7.11.5. PERFIL 5: municípios que estão entre os 100 (cem) Municípios com mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes, com os mais baixos níveis de receita pública “per capita” e alta vulnerabilidade social de seus habitantes;

7.11.6. PERFIL 6: áreas referentes aos 40% (quarenta por cento) dos setores censitários com os maiores percentuais de população em extrema pobreza dos municípios que estão em regiões de vulnerabilidade (Vale do Ribeira, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Municípios com IDH-M baixo ou muito baixo e Região do Semiárido), que não se encaixam nos demais perfis;

7.11.7. PERFIL 7: Município com 20% (vinte por cento) ou mais da população vivendo em extrema pobreza, com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), disponíveis no endereço eletrônico www.mds.gov.br/sagi; e

7.11.8. PERFIL 8: Área de atuação de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/SESAI/MS).

7.11.9. A numeração dos perfis indica a ordem decrescente de vulnerabilidade dos municípios, sendo, portanto, os de Perfil 8 de maior vulnerabilidade e os de Perfil 1 de menor vulnerabilidade.

7.12. No caso dos médicos que integram Equipes de Saúde da Família e estejam inscritos no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) entre as competências de abril/2016 a abril/2017, a escolha das localidades para realização das ações de aperfeiçoamento somente estará disponível, observados os seguintes critérios:

7.12.1. O médico que integrar Equipe de Saúde da Família situada em Município de determinado Perfil somente poderá escolher Municípios situados em perfis subsequentes, observando-se a sequência definida no subitem 7.11; e

7.12.2. Na hipótese de o médico integrar Equipe de Atenção Básica situada no Perfil 7, nos termos do subitem 7.11.7, apenas será possível a escolha de áreas deste mesmo perfil ou perfil 8.

7.12.2.1. Para efeito de aplicação da regra do subitem 7.12.2, fica vedada a escolha de municípios que o participante atuou entre as competências abril/2016 a abril/2017.

7.12.3. Na hipótese de o médico integrar Equipe de Atenção Básica situada no Perfil 8, nos termos do subitem 7.10.8, apenas será possível a escolha de áreas deste mesmo perfil.

7.13. Caso o profissional médico tenha mudado de Equipe de Saúde da Família com alteração de Município, será considerado, para efeito de aplicação da regra do subitem 7.12, o Município de registro com perfil mais vulnerável no SCNES, conforme ordem de vulnerabilidade indicada no subitem 7.11.9.

7.14. Encerrado o prazo para indicação de Municípios, a cada fase será realizado o processamento eletrônico para alocação nas vagas, através do SGP, conforme os critérios e regras de classificação previstos neste Edital.

8. DOS CRITÉRIOS E REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO

8.1. MÉDICOS FORMADOS EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA OU COM DIPLOMA REVALIDADO NO BRASIL:

8.1.1. Será atribuída pontuação conforme titulação e experiência aos médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no País, para classificação e escolha da localidade de atuação nas modalidades do Edital, observados os seguintes critérios:

Item	Título	Pontuação
A	Título de Especialista em Medicina de Família e Comunidade fornecido pela Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade, ou Especialização em Saúde da Família Concluída Satisfatoriamente realizada pelo Sistema da Universidade Aberta do SUS (UNASUS) e cadastrada na Plataforma Arouca até 01/04/2017.(*)	20
	(*)Residência Médica em Medicina da Família e Comunidade concluída	40

	e reconhecida pela CNRM.	
	Pontuação máxima do Item A: *A titulação descrita não é cumulativa.	40
B	Atuação como médico em Equipe de Saúde da Família com carga horária mínima de 40 horas, conforme descrito na Política Nacional de Atenção Básica, comprovada pelo Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde* registrados até a competência de abril de 2017. (*Para fins de pontuação o candidato deve estar vinculado à equipe de saúde da família no CNES.	0,833 pontos por competência de vínculo em ESF.
	Pontuação máxima do Item B:	30
C	Ter sido Bolsista (remunerado) do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET (Saúde, Vigilância, Redes. Saúde da Família e Saúde Indígena) como estudante, conforme base de dados do Ministério da Saúde.	10 pontos
	Ter participado como estagiário de alguma edição da Vivência e Estágio na Realidade do SUS (VER-SUS), financiada pelo Ministério da Saúde conforme base de dados do mesmo.	10 pontos
	Pontuação máxima do Item C:	20
	Pontuação máxima total:	90

8.1.1.1. A pontuação dos critérios acima indicados será computada mediante consulta pela SGTES/MS às bases de dados dos sistemas oficiais de processamento dos Programas referidos no quadro disposto no subitem 8.1.1, considerando-se como data limite para a referida consulta, nas situações não especificadas no quadro acima, a data de publicação deste Edital no Diário Oficial da União.

8.1.2. Para fins do cômputo da pontuação de que trata o subitem 8.1.1.1 não será admitida a apresentação de documentos por parte dos candidatos.

8.1.3. Conforme disponibilidade de vagas, o processamento eletrônico, para fins de determinação de precedência na alocação, observará a maior pontuação obtida na concorrência entre os candidatos.

8.1.3.1. A concorrência se dará dentro de cada opção de Município pelos candidatos, só havendo concorrência em opção de prioridade posterior, caso haja vagas remanescentes.

8.1.4. Caso o candidato alocado não exerça seu direito à participação no Programa, o candidato classificado posteriormente na ordem de pontuação não tem direito imediato à vaga, uma vez que a concorrência se dá nos termos do subitem 8.1.3.1.

8.1.5. Em caso de empate na pontuação, será considerado o seguinte critério de desempate:

8.1.5.1. maior idade, considerados o dia, mês e ano de nascimento; permanecendo o empate será considerado a data e horário da realização da inscrição.

8.2. PARA MÉDICOS BRASILEIROS FORMADOS EM INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS COM HABILITAÇÃO PARA EXERCÍCIO DA MEDICINA NO EXTERIOR:

8.2.1. Caso existam vagas remanescentes, após as três chamadas da primeira fase do processamento eletrônico das vagas, para os médicos brasileiros formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no Brasil, será efetuado processamento eletrônico das vagas para médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da medicina no exterior com inscrição validada.

8.2.2. Na classificação entre os médicos brasileiros formados em instituição de

educação superior estrangeira, com habilitação para exercício da medicina, será conferida prioridade ao candidato segundo o critério abaixo:

8.2.2.1. maior idade, considerados o dia, mês e ano de nascimento; permanecendo o empate será considerado a data e horário da realização da inscrição.

9. DA OCUPAÇÃO DA VAGA

9.1. DA OCUPAÇÃO DA VAGA PELO MÉDICO FORMADO EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA OU COM DIPLOMA REVALIDADO NO PAÍS.

9.1.1. Encerrado o processamento eletrônico das vagas para alocação, será divulgada a lista preliminar da seleção, com indicação de vagas de alocação, mediante publicação no Diário Oficial da União e disponibilização da lista no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

9.1.2. O resultado que trata o subitem 9.1.1 poderá sofrer alterações após análise e decisão de recursos, conforme definido no item 14 deste Edital, nas datas previstas no cronograma publicado no endereço eletrônico: <http://maismedicos.saude.gov.br>

9.1.3. Será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>, o resultado final do processamento eletrônico da seleção de municípios, após o julgamento dos recursos conforme subitem 9.1.2 do presente Edital.

9.1.4. Após a publicação de que trata o subitem 9.1.3 os médicos selecionados que tenham interesse na alocação deverão acessar o seu formulário de inscrição no SGP, no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>, e imprimir o Termo de Adesão e Compromisso, em 2 (duas) vias, o que implicará, para todo e qualquer efeito, em concordância de forma expressa com todas as condições, normas e exigências estabelecidas neste Edital, conforme modelo constante no Anexo (Projeto Mais Médicos para o Brasil). Após a celebração do Termo de Adesão, o médico deverá se apresentar no período indicado, no município de alocação, junto ao gestor municipal, portando 2 (duas) vias do referido Termo de Adesão e os documentos exigíveis nos termos deste Edital.

9.1.5. O período de acesso ao SGP e apresentação do médico para fins do disposto no subitem 9.1.4 estará indicado no cronograma disponível no site <http://maismedicos.saude.gov.br>.

9.1.6. Cabe ao gestor municipal, no momento da apresentação do médico para entrega dos documentos, verificar a veracidade dos mesmos, acessar o SGP e confirmar a validação da vaga.

9.1.7. É de inteira responsabilidade do candidato prestar informação verídica quando do preenchimento do formulário de inscrição. Eventuais divergências entre a informação do formulário e os documentos apresentados em quaisquer das fases desta chamada pública, poderão implicar a perda do direito à vaga de alocação.

9.1.8. Somente mediante a validação da vaga nos termos dos subitens 9.1.5 e 9.1.6 considera-se confirmado pelo médico o interesse na sua alocação, estando apto ao início das atividades conforme cronograma disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

9.1.9. Após a validação e homologação será disponibilizado, no perfil do candidato no SGP, extrato confirmando a validação e homologação realizada pelo gestor municipal.

9.1.10. É de inteira responsabilidade do candidato verificar se a vaga foi validada e homologada, no prazo estabelecido no cronograma, podendo implicar a perda do direito à vaga de alocação.

9.1.11. O médico que não comparecer ao Município para fins de validação da vaga no prazo de que tratam os subitens 9.1.5 e 9.1.6 será excluído da seleção e sua vaga será

disponibilizada para os médicos que concorreram na chamada ou fase seguintes.

9.1.12. No período definido pela gestão do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme cronograma disponível no site <http://maismedicos.saude.gov.br>, o médico deverá se apresentar no Município de alocação para início das atividades no âmbito do Programa.

9.1.13. Quando do comparecimento do médico no Município para início das ações de aperfeiçoamento, o gestor municipal deverá acessar o SGP para a homologação da adesão.

9.1.13.1. A inserção correta dos dados bancários no SGP deverá ser realizada até o início das atividades, e a incorreção ou ausência dessa informação implicará a inviabilidade ou atraso no pagamento da bolsa-formação ou de ajuda de custo.

9.1.14. Os direitos e deveres do médico participante, do ente federativo e do Ministério da Saúde, no âmbito dos programas de que trata este Edital somente surtirão efeitos quando efetivadas as homologações nos termos do subitem 9.1.9.

9.1.15. Exceto na situação em que o ente federativo desista da adesão, sem justo motivo, ou venha a ser descredenciado do Programa por decisão da Coordenação Nacional, não será permitida realocação no âmbito do Programa.

9.2. DA OCUPAÇÃO DA VAGA PELOS MÉDICOS BRASILEIROS FORMADOS EM INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS COM HABILITAÇÃO PARA EXERCÍCIO DA MEDICINA NO EXTERIOR.

9.2.1. Após a publicação do resultado do processamento eletrônico das vagas para os médicos brasileiros formados em instituições de educação superior estrangeiras com habilitação para exercício da medicina no exterior, mediante publicação no Diário Oficial da União e disponibilização da lista no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>, estes deverão acessar o SGP para confirmar a sua participação no Módulo de Acolhimento e Avaliação, mediante acesso ao SGP, através das opções: Escolha de Vagas / Resultados / Validar Vaga.

9.2.1.1. A emissão das passagens para o deslocamento do médico participante será custeada pela Coordenação do Projeto, nos termos das regras que dispõem sobre tal concessão, mediante solicitação do candidato no SGP, mediante acesso ao SGP, através das seguintes opções: Benefícios / Passagem / Solicitar e preencher o formulário.

9.2.1.2. Os candidatos que dispensem o custeio do deslocamento pela Coordenação do Projeto, partindo do endereço cadastrado no ato da inscrição para o Módulo de Acolhimento e Avaliação às suas expensas, deverão confirmar sua participação mediante acesso ao SGP, através das seguintes opções: Escolha de Vagas / Resultados / Validar Vaga.

9.2.2. O período de acesso ao SGP para fins do disposto no subitem 9.2.1 e 9.2.1.2 estará indicado no cronograma disponível no site <http://maismedicos.saude.gov.br>.

9.2.3. O ato de confirmação de participação do Módulo de Acolhimento e Avaliação na forma do subitem 9.2.1 implica a validação da vaga pelo médico.

9.2.4. O médico que não confirmar o interesse na vaga nos termos que trata o subitem 9.2.1 será excluído da seleção e sua vaga será disponibilizada para a Coordenação do Projeto.

9.2.5. A convocação para o início das ações de aperfeiçoamento dos médicos, através do Módulo de Acolhimento e Avaliação, de que trata o art. 14 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e nos termos do disposto na Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, dar-se-á conforme cronograma disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

9.2.6. Caso o profissional não compareça ao Módulo de Acolhimento e Avaliação e não apresente os documentos exigidos, nos termos deste Edital, será excluído da seleção e sua vaga será disponibilizada para a Coordenação do Projeto.

9.2.7. Somente será validada a adesão dos médicos que sejam aprovados no Módulo de Acolhimento e Avaliação.

9.2.8. Após aprovação no Módulo de Acolhimento e Avaliação, o médico deverá se apresentar no período indicado, no município de alocação, perante o gestor municipal, portando 2 (duas) vias do Termo de Adesão e Compromisso (Anexo deste Edital).

9.2.9. Quando do comparecimento do médico no Distrito Federal ou Município para início das ações de aperfeiçoamento, o gestor municipal deverá acessar o SGP para a homologação da adesão, a partir de quando surtirá efeitos concernentes aos direitos e deveres do médico participante, do ente federativo e do Ministério da Saúde.

10. DO MÓDULO DE ACOLHIMENTO E AVALIAÇÃO

10.1. O Módulo de Acolhimento e Avaliação dos médicos intercambistas será executado em Brasília/DF, e os participantes serão alocados em turmas conforme definição da Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

10.2. O Módulo de Acolhimento e Avaliação dos médicos intercambistas será executado na modalidade presencial, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas, e contemplará conteúdo relacionado à legislação referente ao SUS, notadamente da Atenção Básica em saúde, aos protocolos clínicos de atendimento definidos pelo Ministério da Saúde, à Língua Portuguesa e ao Código de Ética Médica.

10.3. Será aplicada avaliação em relação aos conhecimentos em língua portuguesa em situações cotidianas da prática médica no Brasil durante a execução do módulo.

10.4. Os participantes aprovados nas avaliações do Módulo de Acolhimento e Avaliação, aptos a exercer suas atividades de aperfeiçoamento no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, serão encaminhados para os municípios de lotação.

11. DAS AÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO E AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS DE PROVIMENTO.

11.1. O aperfeiçoamento dos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil dar-se-á por meio de mecanismos de integração ensino-serviço, com a participação em curso de especialização e atividades de ensino, pesquisa e extensão, nos termos do disposto na Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, para o Projeto Mais Médicos e respectivas alterações e Resoluções da Coordenação do Projeto.

11.2. Compete à gestão do Projeto a definição do Município em que o médico desenvolverá as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a instituição em que realizará o curso de especialização.

11.3. Os médicos participantes do Projeto realizarão curso de especialização em atenção básica à saúde, que será oferecido pelas instituições de educação superior brasileiras vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), de acordo com as regras estabelecidas pela instituição organizadora do curso.

11.4. As ações de aperfeiçoamento dos médicos participantes serão realizadas com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, no curso de especialização e nas atividades que envolverão ensino, pesquisa e extensão, com componente assistencial na modalidade integração ensino-serviço nas unidades básicas de saúde no Município, respeitando as possibilidades previstas na Política Nacional de Atenção Básica.

11.5. As atividades de pesquisa, ensino e extensão dos médicos participantes do Projeto serão supervisionadas por profissional médico, com avaliação sistemática presencial e à distância, conforme regras pertinentes ao Projeto e definidas pelas instituições públicas de educação superior brasileiras participantes.

11.6. As atividades de pesquisa, ensino e extensão dos médicos participantes para o Projeto Mais Médicos para o Brasil dar-se-ão na forma disciplinada na Portaria Conjunta nº 1/SGTES/MS/SESU/MEC, de 21 de janeiro de 2014 e eventuais alterações, e nas Resoluções da Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil, e as ações de

aperfeiçoamento terão prazo de 36 (trinta e seis) meses.

11.7. Em casos de intimação do Ministério da Saúde de decisões judiciais e/ou administrativas que determinem prosseguimento dos candidatos de que trata o subitem 2.1.2 nas demais fases ou a alocação, quando já iniciado o Módulo de Acolhimento e Avaliação, tais candidatos somente poderão prosseguir na seleção ou ser alocados em eventuais chamadas futuras, pela inviabilidade de retroceder as etapas deste Edital e pelos dispêndios inerentes à realização do Módulo.

12. DOS DIREITOS, DEVERES E OBRIGAÇÕES.

12.1. DO PROJETO MAIS MEDICOS PARA O BRASIL

12.1.1. Para a execução das ações de aperfeiçoamento no âmbito do Projeto será concedida aos médicos participantes bolsa-formação com valor mensal de R\$ 11.520,00 (onze mil e quinhentos e vinte reais), que poderá ser paga pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, prorrogáveis apenas na hipótese prevista na Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013 e respectivas alterações.

12.1.1.1. Será descontado para fins previdenciários, para os médicos participantes que se enquadrem como contribuintes individuais nos termos da legislação do Projeto, o valor de R\$ 608,44 (seiscentos e oito reais e quarenta e quatro centavos), o que perfaz o recebimento líquido de R\$ 10.911,56 (dez mil e novecentos e onze reais e cinquenta e seis centavos).

12.1.2. Para fins de recebimento da bolsa-formação, o médico participante deverá atender aos termos da Portaria Interministerial MS/MEC Nº 1.369, de 8 de julho de 2013, bem como:

a) estar matriculado e com situação regular no curso de especialização ofertado por uma das instituições de ensino superior vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS);

b) cumprir, semanalmente, 8 (oito) horas em atividades acadêmicas teóricas e 32 (trinta e duas) horas em atividades nas unidades básicas de saúde no Município ou carga horária condizente com as possibilidades conferidas pelas regras do Programa;

c) manter atualizadas as informações das atividades desempenhadas no âmbito do Programa no SISAB, em conformidade com Portarias regulamentares deste sistema;

d) ser titular de conta bancária na instituição financeira oficial federal definida pela Coordenação do Projeto;

e) manter a regularidade e veracidade das informações pessoais, especialmente número de identificação civil (RG), número de cadastro de pessoa física (CPF), data de nascimento, filiação, dados bancários e endereço, no cadastro do SGP e do SIAPE; e

f) ter as atividades de ensino-serviço validadas pelo gestor municipal e pela instituição de educação superior supervisora.

12.1.3. Do pagamento da bolsa-formação:

12.1.3.1. A bolsa-formação é paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês do desenvolvimento das atividades de integração ensino-serviço, e proporcionalmente aos dias de desenvolvimento de atividades.

12.1.3.1.1. O pagamento da primeira bolsa-formação e eventuais benefícios dependerá da inclusão do profissional no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos-SIAPE, o que poderá não ocorrer no prazo regular, haja vista a data do fechamento do SIAPE e eventuais pendências cadastrais. Após o fechamento do SIAPE, caso haja pendências relativas à inclusão de profissionais participantes do Projeto por meio deste Edital, a tentativa de inclusão seguirá nos meses subsequentes, até que seja efetivada com sucesso, viabilizando os pagamentos vinculados à participação no Projeto.

12.1.3.2. Será utilizada para o pagamento da primeira bolsa-formação, a data de início das atividades informada exclusivamente no SGP, pelo Gestor Municipal, no ato da

homologação do médico, não sendo admitidas solicitações de alteração de registro por outro meio. Assim, sugere-se que o profissional acompanhe o registro dessa informação, a fim de evitar qualquer prejuízo no pagamento da bolsa.

12.1.3.3. A regularidade do pagamento da bolsa-formação dependerá do preenchimento e atualização adequados de todos os dados pessoais, de contato, profissionais e bancários no SGP.

12.1.3.4. O preenchimento correto dos dados é de responsabilidade exclusiva do profissional. A ausência, ou o preenchimento incorreto de qualquer dos dados solicitados poderá acarretar atrasos no pagamento ou o não recebimento da bolsa.

12.1.3.4.1. Caso o participante não possua número do Programa de Integração Social - PIS, basta acessar o site <http://www.dataprev.gov.br/servicos/cadint/cadint.html>, clicar em inscrição e informar os dados solicitados corretamente.

12.1.3.5. A conta corrente deverá ser exclusivamente do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal. Contas conjuntas, poupança ou de titularidade diferente não serão aceitas para efeitos de pagamento da bolsa-formação.

12.1.3.5.1. A inserção dos dados bancários corretos no SGP deverá ser realizada até o início das atividades, e a ausência ou incorreção de tais informações implicará a inviabilidade ou atraso no pagamento da bolsa-formação ou outros créditos eventuais que o médico participante do Projeto faça jus.

12.1.4. O médico participante e seus dependentes legais terão as despesas com passagens custeadas pelo Ministério da Saúde para o deslocamento do endereço de origem, considerando seu domicílio declarado quando da realização de sua inscrição neste Edital, até o município de lotação do profissional, nos termos do artigo 4º da Portaria Interministerial MS/MPOG nº 266/2013.

12.1.4.1. Cada médico participante terá direito ao deslocamento de, no máximo, dois (2) dependentes.

12.1.4.2. Na hipótese em que o médico e o seu cônjuge ou companheiro tenham ambos a condição de médico participante do Projeto, o direito ao deslocamento de, no máximo, dois (2) dependentes de que trata o caput será concedido a apenas um dos médicos.

12.1.5. A passagem deverá ser solicitada no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>, conforme período indicado no cronograma, e somente será fornecida nas situações em que o médico não permaneça na mesma Unidade da Federação de sua residência.

12.1.6. O Ministério da Saúde concederá ajuda de custo, que não poderá exceder a importância correspondente ao valor de 3 (três) bolsas-formação, destinada a compensar as despesas de instalação do médico participante que não residir no Município para o qual fora selecionado, considerando seu domicílio declarado quando da realização de sua inscrição neste Edital e será concedida, de acordo com a regulamentação da Coordenação do Projeto, nos termos do art. 22, §§ 3º e 4º, da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 2013 e regras deste Edital.

12.1.7. Para fins de recebimento da bolsa e da ajuda de custo a que se referem os subitens 12.1.1 e 12.1.6 deste Edital, o médico participante deverá estar em situação regular com a Secretaria da Receita Federal.

12.1.8. Para percepção da ajuda de custo, o médico participante deverá apresentar requerimento à Coordenação do Projeto, através do sistema no <http://maismedicos.saude.gov.br>, anexando comprovante de residência em seu nome, como, por exemplo, contrato de locação, boleto de conta de luz, água ou telefone, recibo de taxa de condomínio, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da inscrição no Projeto, compatível com a declaração apresentada, bem como o comprovante de sua nova residência, no prazo de 30 (trinta) dias do início das ações de aperfeiçoamento no Município.

12.1.9. Aos médicos participantes que declararam domicílio no exterior no ato de sua inscrição, e que sejam isentos de declaração à Receita Federal, não se aplica o disposto no subitem 12.1.7, cabendo aos mesmos apenas requerer o pagamento da ajuda de custo através do sistema eletrônico do Projeto, no endereço: <http://maismedicos.saude.gov.br>.

12.1.10. A ajuda de custo somente será concedida aos médicos participantes que comprovem a necessidade de mudança de domicílio em razão do município em que tenham sido alocados.

12.1.11. A emissão das passagens para o deslocamento do médico participante será da responsabilidade da Coordenação do Projeto, mediante a apresentação de informações e documentos solicitados pela Coordenação do Projeto.

12.1.12. O médico participante enquadra-se como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na condição de contribuinte individual, na forma da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ressalvados da obrigatoriedade os médicos intercambistas, nos termos do artigo 20, da Lei 12.871/2013, devendo observar os tempos de carência estabelecidos para a concessão dos benefícios como salário maternidade e auxílio doença, bem como demais requisitos exigidos nas leis Previdenciárias.

12.1.13. Fica assegurada à médica participante do Projeto Mais Médicos para o Brasil, que esteja gestante, licença maternidade, comprovada mediante atestado médico, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir do oitavo mês de gestação ou 28 (vinte e oito) dias antes do parto, ou na data do nascimento da criança (parto), devendo o atestado médico ser apresentado ao gestor municipal;

12.1.13.1 Para fins de prorrogação do período de 60 (sessenta) dias da licença maternidade, a médica deverá encaminhar solicitação em até 30 (trinta) dias após o parto para o endereço eletrônico: licencas.provimento@saude.gov.br, conforme descrito no Manual da Previdência para os participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, disponível no site <http://maismedicos.saude.gov.br>.

12.1.13.2. Para fins de recebimento do benefício previdenciário, caso tenha direito, a médica participante deverá solicitá-lo junto às Agências do Instituto Nacional de Seguridade Social, conforme descrito no Manual da Previdência para os participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

12.1.13.3. Na situação de que trata o subitem 12.1.13 deste Edital, quando da cessação do prazo da licença, a participante deverá retomar de imediato as atividades no Projeto.

12.1.13.4. O retorno às atividades do Projeto acontecerá no mesmo município, caso haja vaga disponível neste, ou preferencialmente em município da mesma região.

13. DAS REGRAS COMPLEMENTARES

13.1. Não serão restituídas as passagens compradas individualmente pelo participante.

13.2. Não serão realizadas alterações nas passagens expedidas pelo Ministério da Saúde.

13.3. Não haverá custeio de passagens e diárias, sob qualquer hipótese, aos dependentes dos médicos participantes do Módulo de Acolhimento e Avaliação.

13.4. O descumprimento das condições, atribuições, deveres e incursão nas vedações previstas nos Programas de Provisão sujeitará o médico às penalidades previstas nos termos das respectivas normas regulamentares.

13.5. Aos médicos que cumprirem integralmente as regras dos Programas e obtiverem aprovação nas avaliações periódicas por parte dos supervisores e tutores acadêmicos, será concedido certificado de conclusão expedido pelas respectivas Coordenações dos Programas.

13.6. Será considerado meio oficial de comunicação entre o médico participante e a Coordenação do respectivo Programa o e-mail eletrônico informado pelo médico participante no ato de inscrição.

13.7. O cronograma disponibilizado através do site <http://maismedicos.saude.gov.br>, e respectivas alterações constitui parte integrante deste Edital, sendo de observância obrigatória pelos candidatos.

14. RECURSOS

14.1. Serão admitidos recursos, devidamente fundamentados, com clareza, concisão e objetividade, apenas quanto à alocação (fase de indicação de municípios), informando as razões pelas quais discorda do resultado.

14.2. Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias contados da publicação da lista preliminar dos médicos selecionados e respectivas alocações das vagas, considerando-se termo inicial o dia seguinte ao da referida publicação.

14.3. Os Recursos devem ser dirigidos à SGTES/MS e interpostos exclusivamente por meio eletrônico, no campo destinado a interposição de recursos de profissionais, através de formulário disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

14.3.1. O recurso deverá indicar o nome e sobrenome do médico.

14.3.2. Os recursos serão individuais e será admitido apenas um único recurso por profissional.

14.3.3. O formulário em branco, preenchido de forma incorreta ou incompleta e sem fundamentação e indicação do item editalício de questionamento não será submetido à avaliação da SGTES/MS.

14.4. Após o encerramento do prazo de que trata o subitem 14.2, a SGTES/MS, por ato do Secretário, procederá à análise dos recursos em conformidade com o cronograma e divulgará o resultado no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

14.5. Não serão analisados recursos apresentados fora do prazo ou por meio diverso daquele previsto neste Edital ou sem fundamentação lógica e consistente.

14.6. Serão indeferidos recursos que tenham objeto diverso daquele referido no subitem 14.1 deste Edital.

14.7. A interposição de recursos não obsta o regular andamento deste processo de chamamento público.

14.8. A SGTES/MS constitui instância única e última para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não sendo cabível sob hipótese alguma, revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso hierárquico.

14.9. A SGTES/MS não se responsabiliza por recursos não transmitidos ou não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impeçam a transferência de dados.

14.10. Em hipótese alguma haverá devolução de prazo.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. É dever dos médicos manter atualizados e corretos seus dados no SGP durante todo o prazo de vigência dos Programas.

15.2. É dever do candidato acompanhar o cronograma e respectivas alterações, disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br> e que se considera como integrante deste Edital.

15.3. O presente Edital poderá ser revogado ou anulado a qualquer momento, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

15.4. Cabe à SGTES/MS a resolução de casos omissos e situações não previstas neste Edital, nos termos da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013 e respectivas alterações, e demais normas de regência.

16. DO ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

16.1. Esclarecimentos e informações adicionais poderão ser obtidos no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br> e através do correio eletrônico maismedicos@saude.gov.br.

16.2. Registros formais de dúvidas sobre os Programas deverão ser apresentados através do Disque Saúde, pelo número 136, opção “8”, opção “0”.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA
Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – Substituta

ANEXO

TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO - Projeto Mais Médicos para o Brasil

TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DA SAÚDE E _____ PARA ADESÃO AO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL.

O MINISTÉRIO DA SAÚDE, CNPJ nº 03.274.533/0001-50, neste ato representado por ROGERIO LUIZ ZEIRAK ABDALLA, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - Substituto, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Bloco "G", 7º andar, sala 716 -CEP 70.058-900, Brasília (DF), e _____, portador do Documento de Identidade/Passaporte nº _____, CPF nº _____, Registro CRM nº _____, residente e domiciliado em _____, nos termos da Portaria Interministerial nº 1369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, que dispõe sobre a implementação do Projeto Mais Médicos para o Brasil, instituído pela Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Adesão e Compromisso para adesão ao Projeto, na forma disciplinada pelo Edital nº 03/2017/SGTES/MS mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA-DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a adesão do médico ao Projeto, bem como definir obrigações e responsabilidades mútuas para participar de aperfeiçoamento na atenção básica em saúde em regiões prioritárias para o SUS, mediante curso de especialização e atividades de ensino, pesquisa e extensão, que terá componente assistencial mediante integração ensino serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MÉDICO NO PROJETO

2.1. Para consecução do objeto estabelecido neste Termo de Adesão e Compromisso, o médico participante assume os seguintes compromissos, dentre outras regras definidas para o Projeto, no Edital e neste Termo de Adesão e Compromisso:

- a) exercer com zelo e dedicação as ações de aperfeiçoamento;
- b) observar as leis vigentes, bem como normas regulamentares;
- c) estar matriculado e com situação regular no curso de especialização ofertado por uma das instituições de ensino superior vinculadas à UNA-SUS;
- d) cumprir as instruções dos supervisores e orientações e regras definidas pela Coordenação do Projeto;
- e) observar as orientações dos tutores acadêmicos;
- f) atender com presteza e urbanidade o usuário do SUS;
- g) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;
- h) cumprir a carga horária semanal de 40 (quarenta horas) horas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Unidades Básicas de Saúde do município, conforme definido pelos supervisores e pelo Município, respeitando as possibilidades conferidas pelas Portarias nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, nº 122 GM/MS, de 25 de Janeiro de 2011, nº 963GM/MS, de 27 de Maio de 2013, e Portaria Interministerial nº 1, de 2 de Janeiro de 2014;
- i) tratar com urbanidade os demais profissionais da área da saúde e administrativos, supervisores, tutores e colaboradores do Projeto;
- j) levar ao conhecimento do supervisor e/ou da Coordenação Estadual do Projeto dúvidas quanto às atividades de integração ensino-serviço, bem como as irregularidades de que tiver

ciência em razão dessas atividades;

l) efetuar o registro de informações em saúde e das atividades vinculadas à integração ensino serviço desenvolvidas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), conforme Portaria Interministerial nº 2.395, de 05 de novembro de 2014 e respectivas alterações. O descumprimento do registro poderá acarretar aplicação de penalidade de suspensão do pagamento da bolsa prevista no art.4º da referida Portaria.

m) manter atualizado os dados cadastrais constantes no formulário eletrônico disponível no sítio maismedicos.saude.gov.br através do seu acesso pessoal ao Sistema de Gerenciamento de Programa-SGP.

2.2. As atividades de pesquisa, ensino e extensão dos médicos participantes para o Projeto Mais Médicos se dará na forma disciplinada na Portaria Conjunta nº1/SGTES/MS/SESU/MEC, de 21 de janeiro de 2014 e respectivas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES APLICÁVEIS AOS MÉDICOS PARTICIPANTES

3.1. É vedado ao médico participante do Projeto:

- a) ausentar-se das atividades a serem realizadas durante as ações de aperfeiçoamento sem prévia autorização do Município ou do supervisor;
- b) retirar, sem prévia anuência do Município ou do supervisor, qualquer documento ou objeto do local de realização das ações de aperfeiçoamento;
- c) opor resistência injustificada à realização das ações de aperfeiçoamento que envolvam atendimento ao usuário do SUS;
- d) receber valores ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atividades no Projeto, diversas daquelas previstas para o Projeto;
- e) recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado pelos supervisores, tutores acadêmicos ou Coordenação do Projeto;
- f) solicitar realocação, após início das atividades no Programa, exceto nos casos em que o ente federativo desista da adesão, sem justo motivo, ou venha a ser descredenciado por decisão da Coordenação Nacional.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA COORDENAÇÃO DO PROJETO

4.1. Constituem obrigações do Ministério da Saúde e da Coordenação do Projeto:

- a) receber as inscrições dos médicos interessados em participar do Projeto;
- b) selecionar, conforme regras previstas no Edital, os médicos inscritos no Projeto;
- c) avaliar a conformidade dos documentos, declarações e informações apresentados pelos médicos em relação às regras do Projeto;
- d) encaminhar os médicos participantes para os Municípios para realização das ações de aperfeiçoamento;
- e) ofertar aos médicos participantes curso de especialização oferecido pelas instituições de educação superior brasileiras vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do SUS (UNASUS);
- f) assegurar aos médicos participantes acesso a inscrição em serviços de Telessaúde para execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Projeto;
- g) garantir o pagamento da bolsa-formação ao médico participante do Projeto durante todo o período de participação nas ações de aperfeiçoamento, observadas as condições do Edital e da legislação do Projeto;
- h) custear ajuda de custo e passagens, nos termos do Edital;
- i) providenciar junto à Coordenação do Projeto e à Coordenação Estadual do Projeto as medidas necessárias para efetivação das regras previstas no Projeto; e

j) adotar as providências necessárias para execução do Projeto.

CLÁUSULA QUINTA - DO COMPROMISSO

5.1. O médico participante do Projeto declara conhecer e atender integralmente as regras da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, as exigências do Edital nº 19/2016-SGTES/MS e deste Termo de Adesão e Compromisso, não podendo, em nenhuma hipótese, delas alegar desconhecimento.

5.2. O descumprimento das condições, atribuições, deveres e incursão nas vedações previstas no Projeto sujeitará o médico participante às penalidades previstas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, e no Edital nº 03/2017- SGTES/MS.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente instrumento terá a vigência de 36 (trinta e seis) meses, a contar do início das ações de aperfeiçoamento, podendo ser prorrogado mediante celebração de termo aditivo nas hipóteses previstas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, e no Edital nº 03/2017-SGTES/MS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. O presente Termo de Adesão e Compromisso poderá ser rescindido, durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento ou unilateralmente por qualquer um dos partícipes, nas hipóteses previstas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, e no Edital nº 19/2016-SGTES/MS, mediante manifestação encaminhada ao Ministério da Saúde via SGP.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1. O presente Termo de Adesão e Compromisso deverá ser publicado em extrato no Diário Oficial da União, às expensas do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1. As eventuais alterações do presente Termo de Adesão e Compromisso serão realizadas por meio de termo aditivo acordado entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

10.1. Eventual controvérsia surgida durante a execução do presente Termo de Adesão e Compromisso poderá ser dirimida administrativamente entre os partícipes ou, em seguida, perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União e, se inviável, posteriormente perante o foro da Justiça Federal- Seção Judiciária do Distrito Federal.

E por estarem de pleno acordo, firmam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Brasília-DF, _____ de _____ de _____.

ROGERIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

MÉDICO (A)